



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



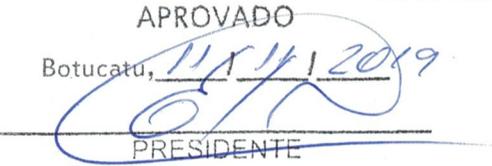
M O Ç Ã O Nº. 203

SESSÃO ORDINÁRIA DE 11/11/2019

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

APROVADO

Botucatu, 11/11/2019


PRESIDENTE

No dia 1º de outubro de 2019, a Federação Nacional dos Farmacêuticos - FENAFAR, entidade representativa da categoria farmacêutica no Brasil, e o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo, manifestaram em nota seu mais profundo repúdio ao anúncio do Governador do Estado de São Paulo, João Dória, que ameaça extinguir a Fundação para o Remédio Popular (FURP), maior produtora de medicamentos públicos do Brasil e da América Latina.

Segundo a Entidade, a privatização ou ameaça de extinção da Fundação para o Remédio Popular- FURP representa um ataque gravíssimo à soberania nacional na área de produção de medicamentos. A empresa foi criada pela Lei Estadual nº 10.071 de 10 de abril de 1968, com o objetivo de fabricar medicamentos para que as prefeituras, hospitais públicos e entidades filantrópicas de todo o Brasil possam adquirir medicamentos com preços reduzidos, para serem distribuídos gratuitamente à população que utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS).

Somente em 2018, a FURP produziu quase 530 milhões de medicamentos para a rede pública. Entre os itens produzidos destacam-se antibióticos, antirretrovirais, anti-inflamatórios, anti-hipertensivos, dermatológicos, imunossupressor, diuréticos, medicamentos para transplantados, controle da Diabetes, para tratamento de transtornos mentais, tuberculose, hanseníase.

Além disso, existem medicamentos que somente a FURP fabrica, pois não há interesse comercial de fabricação por outros laboratórios devido ao baixo retorno financeiro. A empresa paulista também é responsável pela produção de inúmeros medicamentos para doenças negligenciadas. É a única fabricante nacional de estreptomicina e de etambutol, que tratam a tuberculose e, também, de derivados da penicilina, que, por serem medicamentos antigos e baratos, poucas empresas têm interesse em produzi-los.

Conforme a nota, a privatização ou extinção da FURP resultará em ainda mais falta de medicamentos em hospitais e postos de saúde e, em maior dificuldade, da população mais carente ter acesso a tratamentos. Além disso, obrigará o Estado a adquirir, de indústrias farmacêuticas privadas, parte dos medicamentos que deixarão de ser produzidos pela FURP, o que representará uma ampliação dos gastos públicos com medicamentos. Outra consequência da extinção será a eliminação de postos de trabalho de dezenas de farmacêuticos e outros profissionais.

A FENAFAR- Federação Nacional dos Farmacêuticos destaca que os argumentos elencados pelo governo paulista para desmontar a FURP estão sendo usados de forma indevida e informa que o governo paulista utilizou a unidade de Guarulhos como intermediária para a celebração da Parceria Público-Privada. Sendo essa Parceria Público-Privada, que foi celebrada com a empresa EMS para gestão da fábrica na cidade de Américo Brasiliense, a origem dos problemas financeiros e das denúncias de desvios que atingem a FURP.





Parte integrante da Moção nº 203/2019

A Concessionária Paulista de Medicamentos (fruto da PPP entre EMS e o governo do Estado) gerou uma dívida de mais de 90 milhões de reais para a FURP, porque a Concessionária Paulista de Medicamentos utiliza o mesmo CNPJ da FURP de Guarulhos.

Sob as regras do contrato, o governo pagou até sete vezes mais que o valor de mercado pelos remédios da concessionária. Além disso, desde maio, os deputados paulistas que analisam a CPI de investigação, apuram suspeitas de repasses de propina da Camargo Corrêa para a FURP desistir de uma disputa judicial e pagar uma indenização de 18 milhões de reais ao consórcio que construiu a fábrica. O trato foi selado em 2014 e o valor dividido em 48 parcelas, em um total de 22 milhões de reais, com juros e correção. O caso teria ocorrido entre 2009 e 2012, mas só veio à tona no ano passado, após denúncia do Ministério Público.

Considerando o entendimento da Confederação Nacional dos Farmacêuticos - FENAFAR de que essa dívida não é da FURP, e sim, fruto da má gestão do Governo do Estado.

APRESENTAMOS à Mesa, depois das considerações do Plenário, **MOÇÃO DE APOIO** pela manutenção da FURP - Fundação de Remédio Popular, evitando seu desmonte ou fechamento, e pela defesa da soberania brasileira da produção de medicamentos.

Que referida propositura seja encaminhada aos Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular - FURP, na pessoa do Presidente da CPI, **DEPUTADO EDMIR CHEDID** e ao Excelentíssimo Governador do Estado de São Paulo, **JOÃO DÓRIA**, objetivando buscar alternativas para a manutenção da soberania brasileira na produção de medicamentos, pelo não fechamento da FURP e dos postos de trabalhos, bem como para que os responsáveis por irregularidades sejam punidos pela má gestão do contrato.

Plenário "Ver. Laurindo Ezidoro Jaqueta", 11 de novembro de 2019.

Vereadora Autora **ROSE IELO**
PDT

RASI/esm